

Exposição a apresentar no VIII Congresso da ALACIP

Pontificia Universidad Católica de Perú, Lima – 22- 24 de Julho 2015

José Manuel Barros Pereira da Costa
Investigador PhD em Relações Internacionais
Observatório Político.PT – Lisboa, Portugal
josepereiradacosta@hotmail.com

Área Temática – Relações Internacionais

A União Europeia numa encruzilhada

Resumo

Nestes dias de intensa dramaticidade sobre o futuro da União Europeia, que estaria em perigo por razões meramente economicistas e financeiras, convém recordar que o projecto europeu está muito para além da sobrevivência ou não da moeda única e da zona euro. O projecto de paz da União Europeia conduziu os povos dos países seus componentes a um nível de bem-estar sem igual em qualquer outro ponto do globo. Além de que tem sido modelo para outras regiões do mundo, na América Latina, na Ásia e em África, com as suas políticas pela paz, direitos humanos e alterações climáticas. Tem restado também à União a tarefa de ajudar os países em desenvolvimento, nomeadamente “*the least developed countries*”, com uma contribuição de mais de 50% do total da ajuda ao desenvolvimento, se considerarmos todos os países da União. Vários teóricos das correntes cosmopolitistas, construtivistas e neo-regionalistas têm sublinhado a importância da União Europeia como modelo para uma governança a nível mundial, de par com os principais órgãos das Nações Unidas. No entanto, a crise desencadeada em 2008, com repercussões a todos os níveis, financeiro, económico, social e político, teve um efeito profundo na União Europeia, cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2015

José Pereira da Costa

Há seis meses atrás, o desenvolvimento deste preâmbulo era ainda uma incógnita em aberto e agora, em meados de Junho de 2015, é-o ainda parcialmente, uma vez que a crise grega continua por resolver e o futuro mantém-se em questão.

Como antigo funcionário da Comissão Europeia, de 1989 a 2002, pergunto-me muitas vezes como foi possível chegar a este ponto de descalabro no funcionamento da União Europeia. Em 23 de Novembro de 2013, publiquei um artigo na imprensa portuguesa, jornal PÚBLICO, referindo-me ao inquérito que decorria no Parlamento Europeu sobre a legitimidade das políticas de austeridade que estavam em curso nos países intervencionados, Grécia, Irlanda e Portugal, a que se seguiria também Chipre. Intervenções que resultaram da crise financeira, especialmente no sector bancário, provocada por práticas irresponsáveis de múltiplas instituições sediadas nos Estados Unidos, que em seguida se repercutiram em vários pontos do globo, mas muito particularmente na Europa. O inquérito do Parlamento Europeu não teve quaisquer consequências para além da publicação de um relatório que apontava as vicissitudes ocorridas desde as primeiras intervenções da *Troika*, constituída pelo Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, a partir de Maio de 2010 na Irlanda e na Grécia e um ano mais tarde em Portugal. O peso dos dois principais partidos no parlamento, os democratas-cristãos e os socialistas, impediu que fossem abertamente criticadas as políticas de austeridade na União Europeia.

No referido artigo eu historiava os acontecimentos desde o início da crise financeira em 2008, os aconselhamentos da Comissão Europeia de Durão Barroso aos governos europeus para investirem na economia, a fim de fazerem baixar o desemprego resultante de uma redução drástica, a nível global, da produção industrial e do comércio mundial de cerca de 10%, que como é evidente tiveram uma enorme repercussão nos países europeus exportadores, especialmente nos mais vulneráveis. Mas eis que menos de um ano depois, o Banco Central Europeu começava a alertar os países da União para que passassem a refrear os estímulos à economia, de modo a respeitar os critérios do Tratado de Maastricht, que obrigam a um máximo de 3% de déficit orçamental em relação ao PIB e a uma dívida pública não excedendo 60% do mesmo. Por outro lado, nessa altura, o governo Obama aplicava na economia americana investimentos de mais de 800 biliões de dólares, que aliás tinham sido programados pela anterior administração de George W. Bush, incluindo nacionalizações de empresas como a General Motores, um caso inédito na história do capitalismo americano. Mesmo assim, economistas como o Nobel Paul Krugman chamavam a atenção para que não se reduzissem os níveis de intervenção estatais a fim de evitar que se caísse numa depressão como a dos anos 1930.

Na Europa, iria iniciar-se, com o beneplácito da Comissão Europeia, a aplicação de políticas de austeridade a alguns países que tinham atingido níveis de endividamento excessivo, não só pelos investimentos recentes preconizados pela mesma Comissão a fim de combater a crise, como também por anteriores situações de derrapagem e descontrolo das finanças, casos da Grécia e Portugal, ou de profunda degradação do sector bancário como aconteceu na Irlanda.

E o ponto principal da questão era, no meu artigo como no inquérito do Parlamento Europeu: pode a Comissão Europeia, como guardiã e responsável pelo cumprimento dos tratados, assistir impávida à aplicação de políticas de empobrecimento significativo dos povos europeus, que vão claramente contra o espírito e a letra dos tratados? Que provocaram na Grécia uma redução de mais de 20% do PIB e um desemprego de 25% em geral e de cerca de 50% na juventude? A redução de 50% do valor das pensões dos reformados e o subfinanciamento dos serviços de saúde pública, que criaram uma crise

social inimaginável em países, além da Grécia, como Espanha, Portugal e Irlanda? Que produziram níveis de emigração em Portugal idênticos aos dos anos de 1960, quando dezenas de milhares de jovens portugueses escapavam à miséria e às guerras de independência nas colónias africanas? O que ficou escrito na introdução a este ensaio mostra claramente que a Comissão não devia ter ficado inactiva. Seria impossível isto acontecer com um presidente como Jacques Delors ou mesmo o italiano Romano Prodi. Mas foi-o com Durão Barroso. Os tratados europeus são bem claros. O nº 1 do artigo 3 do Tratado da União Europeia diz: “A União tem por objectivos promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos.” Ninguém poderá afirmar que as políticas de austeridade promovem o bem-estar dos povos. Por outro lado, o artigo 17 estipula que a Comissão vela pela aplicação dos tratados. Foi assim que, justificadamente, escrevemos nesse artigo de Novembro de 2013 que Durão Barroso devia ter-se demitido de Presidente da Comissão Europeia quando constatou não conseguir impedir as políticas de austeridade, aplicadas por decisão do directório franco-alemão, Sarkozy/Merkel. Com efeito, é na segunda metade de 2008, com a presidência da França na União Europeia, que o então presidente francês, Nicolas Sarkozy, se autoproclama salvador da paz no conflito que opôs a Geórgia à Rússia e toma alguma notoriedade a nível europeu e internacional. A partir daí o directório franco-alemão começa a apresentar pretensas soluções para a gravíssima situação dos países do sul da Europa com fortes dívidas junto dos bancos franceses e alemães, os principais credores, que ofereceram dinheiro a juros muito baixos depois da introdução do euro em 2002. Ultrapassando a Comissão Europeia, a quem competia apresentar soluções no interesse geral de todos os Estados membros e não apenas daqueles dois. Segundo um relatório recente da Comissão de Avaliação da Dívida Grega, constituída por peritos independentes internacionais, os dois resgates atribuídos à Grécia, em 2010 e 2012, no valor de 240 mil milhões de euros, foram maioritariamente despendidos no pagamento de juros e amortizações aos bancos credores. Só 10% desse montante foi gasto pelo governo em despesas correntes. Por cada empréstimo concedido, a *troika* exigiu programas de ajustamento duríssimos, incidindo principalmente nos cortes de salários e pensões. Por isso, uma recusa do presidente da Comissão em alinhar com estas políticas de austeridade, devidamente fundamentada e com a ameaça da sua demissão, teria provocado uma crise na Europa, mas no sentido da consciencialização de que o empobrecimento dos países endividados não é a solução para o problema. Com efeito, estes países encontram-se devastados por uma crise social, económica e política que tão cedo não conseguirão ultrapassar. Com as suas economias destruídas e altíssimos níveis de desemprego, a crise deu origem ao aparecimento de partidos xenófobos e de extrema-direita, assim como euro-sépticos de extrema-esquerda, levando a que seja cada vez mais difícil à União Europeia passar a sua mensagem de paz e bem-estar aos povos dos outros continentes, uma vez que ela própria não a cumpre. A ideia dos cosmopolitistas David Held e Daniele Archibugi, expendida logo após o final da guerra-fria, de que a União Europeia poderia servir de modelo, associada às Nações Unidas, na construção institucional de uma democracia à escala global, fica assim fora de alcance nas décadas mais próximas. Assim como a do construtivista Alexander Wendt, que numa interessante obra publicada em 2003, *Why a World State is inevitable*, sugeria que o mundo caminha, mais tarde ou mais cedo, para um governo universal, depois que haja uma garantia de segurança de que os Estados não serão mais inimigos uns dos outros, para o qual a União Europeia e as Nações Unidas poderiam servir de modelo.

Antecedentes da crise

Devemos recuar até ao final da guerra-fria, na década de 1990, para encontrar as causas que poderão ter levado à crise actual: ausência de solidariedade entre os Estados membros, como é bem notório no caso da Grécia, deriva neoliberal e preponderância das políticas monetaristas, em detrimento das de desenvolvimento económico, alinhamento de alguns Estados com as práticas expansionistas dos Estados Unidos, depois do desaparecimento da União Soviética, como é o caso actualmente da crise na Ucrânia e da guerra civil que dela resultou. Se na década passada teria havido um travão a essa tendência com a posição do presidente francês Jacques Chirac e do chanceler alemão Gerard Schröder contrária à invasão do Iraque por George W. Bush em 2003, (mas já na altura com uma divisão nítida entre esses e o Reino Unido de Tony Blair e a Espanha de José Maria Aznar), na crise ucraniana é manifesto o alinhamento da União Europeia com as políticas americanas de intimidação e desafio à Rússia de Vladimir Putin. Com efeito, foi um conhecido especialista americano da escola realista das Relações Internacionais, John Mearsheimer, quem escreveu, na revista *Foreign Affairs* de Setembro/Outubro de 2014, que os Estados Unidos e a Europa estão a ir longe demais nas provocações à Rússia durante a crise ucraniana. Ao aceitarem e promoverem o derrube do presidente legítimo Victor Yanukovych permitiram-se interferir numa crise interna de um país independente, que tem uma ligação de séculos com Moscovo em variadíssimos sectores, entre os quais o cultural, com uma parte significativa da população de origem russa. A expansão da NATO até às fronteiras da antiga União Soviética, não cumprindo as promessas que tinham sido feitas a Gorbatchev, constitui mais uma ameaça à Rússia e ao seu espaço vital. E Mearsheimer pergunta: que fariam os Estados Unidos se a China pretendesse criar bases militares no México ou no Canadá, junto às suas fronteiras? Para já não falar do anterior projecto da criação de bases antimísseis na Polónia e na República Checa como escudo protector contra possíveis ataques provenientes do Irão, que até nem tem, ao que parece, meios para o fazer, e isto numa altura em que as relações com a Rússia não se tinham degradado como agora.

Para além das políticas de empobrecimento dos países do sul da Europa, resultantes da construção inacabada do euro, e deste aventureirismo recente em matéria de política externa, a reacção das autoridades da União ao enorme afluxo de imigrantes que nos últimos meses têm chegado às costas europeias mostra uma irresponsabilidade e falta de planeamento que não devem ser características de uma instituição deste tipo. A lembrar a decisão do Eurogrupo, aquando da crise de Chipre, de fazer pagar aos pequenos depositantes de contas bancárias os custos do resgate que se preparava para aquele país, e que depois voltou atrás. Na questão da imigração, trata-se de planear uma resposta a duas crises diferentes, mas relacionadas. Por um lado, as consequências das guerras civis na Síria e na Líbia, que provocaram, apenas em relação à primeira, o deslocamento de 4 milhões de refugiados, espalhados pelo Líbano, Turquia (2 milhões), Jordânia e Iraque. Depois, o aproveitamento recente por traficantes profissionalizados da situação de carência na África subsariana, que leva dezenas de milhares de jovens a tentarem a sua sorte, muitas vezes com um destino fatal, na procura de melhores condições de vida nos países mais ricos da União, a troco de quantias elevadíssimas, dadas as condições de vida desses países e dos precários transportes postos à sua disposição. Trata-se de uma tragédia a que a União Europeia não pode deixar de responder com meios correspondentes aos valores humanitários que lhe são próprios, ao contrário do preconizado pelo primeiro-ministro britânico que sugeriu o fim do auxílio aos refugiados para desincentivar a vinda de outros mais. A solução de atribuir quotas aos Estados membros para a recepção de

40.000 refugiados, (já entraram mais de cem mil desde o início de 2015), aliviando a Itália e a Grécia, principais países de acesso, a que David Cameron de imediato se opôs, não teve também grande adesão dos outros países, no que parece ter sido uma solução criada à pressa, destinada a ocupar o espaço mediático. Tal como as dezenas de reuniões do Eurogrupo e do Conselho Europeu realizadas nos primeiros anos da crise financeira iniciada em 2008 para tentarem impressionar os mercados.

Conclusão

Partimos da constatação que os líderes da União Europeia, sediados no Conselho Europeu e dirigindo actualmente os destinos de 500 milhões de cidadãos, em detrimento da Comissão, que deveria ser o órgão supranacional de direcção das políticas comunitárias, como no tempo de Jacques Delors, não deixarão de resolver a crise grega. Há que manter a Grécia no euro e na União, como é aliás vontade do seu governo e do seu povo. O contrário seria o princípio do fim. Parece-nos pois que a muito curto prazo a solução para a crise financeira e do euro, que continua em aberto, passará por uma gestão conjunta da dívida pública, por uma política fiscal comunitária que impeça algumas empresas de saltarem de um país para outro à procura de impostos mais baixos, de uma isenção ou flexibilização dos investimentos públicos essenciais no que respeita aos 3% obrigatórios de máximo do défice das contas públicas e também do estabelecimentos de mínimos a nível europeu de protecção no desemprego e de acesso a serviços essenciais nos sectores da saúde, das pensões e da educação, tendo em conta as disparidades importantes existentes entre os diversos países da União, principalmente naqueles que mais fortemente foram tocados pela crise.

As medidas de estabilização financeira e fiscal na zona euro e fora dela e os investimentos públicos, de que o plano Juncker é um primeiro sinal, contribuirão para um revigoreamento das economias europeias, que continuam a ter todas as condições necessárias, materiais e em recursos humanos, para manterem a Europa na vanguarda dos blocos mais dinâmicos da economia mundial.

Lisboa, 21 de Junho de 2015

José Pereira da Costa

Bibliografia

HELD, David e ARCHIBUGI, Daniele, *Cosmopolitan Democracy, an Agenda for a New World Order*, Polity Press, Cambridge, 1995.

MEARSHEIMER, John, *Why the Ukraine Crisis is the West's Fault*, *Foreign Affairs*, Settembre/Ottobre 2014.

WENDT, Alexander, *Why a World Government is Inevitable*, *European Journal of International Relations*, 2003.